

## **GRUPO DE TRABALHO MULTIPARTICIPATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA BARRAGEM DO CASTANHÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO CONTROLE SOCIAL**

Carlos Gabriel Peixoto Ferreira  
Geovane Alves de Castro

### **1 RESUMO**

Em 1985 foi noticiada a construção do açude Castanhão, no Rio Jaguaribe, com o objetivo de solucionar o problema da seca no Ceará. Contudo, esse empreendimento resultaria na inundação do município de Jaguaribara. O presente trabalho objetiva compreender a estrutura do Grupo de Trabalho Multiparticipativo para o Acompanhamento das Obras da Barragem do Castanhão (GMC), seu contexto de criação e como ele foi importante para efetivar a institucionalização da participação e do controle social no processo de construção da referida barragem. Assim como analisar as implicações geradas pela obra na população do município de Jaguaribara e a estrutura da gestão de recursos hídricos no âmbito nacional e no estado do Ceará, que conduziram a política de águas à época. A investigação realizada tem natureza descritiva, classifica-se, segundo a natureza dos dados e a abordagem teórica, como uma pesquisa qualitativa, consistindo em uma pesquisa bibliográfica e documental. Foi possível perceber que os discursos quanto à real efetividade do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão variam dependendo da perspectiva analisada. Por um lado, o GM foi uma tentativa de garantia institucionalizada da participação social dos atingidos, porém com limitação do seu poder de decisão, e por outro legitimador das ações do Estado.

### **2 RESUMO EXPANDIDO**

No ano de 1985, foi noticiada a execução do Projeto Castanhão, uma extensa barragem na região do Vale do Jaguaribe, no interior do Ceará, com o objetivo de solucionar o problema da seca no estado, acompanhado de um discurso de modernização e desenvolvimento que os governos da época traziam. Contudo, esse empreendimento resultaria na inundação de uma cidade inteira, o município de Jaguaribara.

A história de Jaguaribara é semelhante a outras histórias que envolvem a realização de grandes obras para a construção de barragens e hidrelétricas. Tendo em vista a necessidade de realocar um grande grupo de pessoas de seu local de origem para outro diferente, a quantidade de impactos sociais, econômicos e culturais nesse processo foi enorme, dessa forma, o projeto foi, e continua sendo, alvo de diversas discussões. Afinal, todo esse processo trouxe diversas implicações para os moradores da antiga cidade, como “mudanças nos trajetos diários, nas moradias, na vizinhança, nos saberes e saber-fazer que os moradores detinham anteriormente” (BRAZ, 2011).

Com isso, como afirma Sampaio (2011), o Governo do Estado, a fim de acompanhar a construção do Castanhão de forma participativa e assegurar a compensação dos atingidos pela obra, criou o Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão (GMC) com a presença de representantes da sociedade civil e do próprio Governo. Dessa forma, a

participação popular pôde ser institucionalizada no andamento da construção do Castanhão,  
uma vez que o Grupo era importante no processo de gerenciamento das obras,

como também foi uma ferramenta de negociação das indenizações para os atingidos e construção da nova cidade planejada, assim, amenizando o teor de conflito entre a população e o Estado, que marcou o início do processo com a resistência popular dos jaguaribarenses à obra (BERTINI, 2014).

O objetivo deste trabalho é descrever o contexto histórico que levou à construção da barragem do Castanhão e como a população do município de Jaguaribara foi impactada e compreender quais ações foram tomadas pelo Governo para mitigar tais impactos. Além de examinar como se deu a institucionalização da participação social nesse processo através do GMC e discutir as percepções dos atores envolvidos quanto a sua eficiência.

A investigação realizada tem natureza descritiva, já que, como afirma Gil (2022), presta-se a descrever características de determinado fenômeno, com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. Classifica-se, segundo a natureza dos dados e a abordagem teórica, como uma pesquisa qualitativa, consistindo em uma pesquisa bibliográfica, que se baseia em informações constantes em materiais já publicados, e documental, buscando embasamento em materiais elaborados por autores que tinham grupos específicos como destinatários de seus escritos (GIL, 2022).

Foram selecionados como fonte de dados artigos, dissertações e teses, que apresentam como temática o Açude Castanhão, seu processo de construção e conflitos envolvidos e atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão, além de artigos com o mesmo assunto e abordando participação e controle social.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco significativo na história do Brasil, pois reflete o rompimento com o regime autoritário e centralizador que vigorou durante a ditadura militar (1964-1985) e inaugura um país calcado em valores como a democracia, a cidadania e a descentralização. Esse novo ambiente democrático fomentou uma gestão pública mais transparente, com prestação de contas e maior participação da sociedade.

Serra e Carneiro (apud SABIONI et al, 2016, p. 478) definem o controle social como “o engajamento do cidadão na avaliação das ações da gestão pública, de forma a verificar a realização de objetivos, processos e resultados, em prol do interesse da coletividade”, o que se faz fundamental para o avanço a uma sociedade que seja realmente baseada no ideal democrático.

No Nordeste, a prática de construir barragens como solução de combate à seca é uma realidade antiga. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o processo de descentralização das políticas no Brasil, os Estados passaram a ter mais autonomia para lidar, inclusive, com seus programas de gestão de águas, além disso, a Constituição Cidadã

traz novos conceitos ao designar domínios sobre a água e sua caracterização como bem público munido de valor econômico.

Entre as consequências da realização do projeto de construção da barragem do Castanhão, a de maior destaque seria, sem dúvida, a inundação de parcelas de alguns municípios da região, assim como, da total submersão do município de Jaguaribara. Por consequência, os moradores de Jaguaribara passaram a participar dos encontros realizados pelo Poder Público para discussão do tema.

O Grupo de Trabalho Multiparticipativo para o Acompanhamento das Obras do Castanhão (GMC) foi instituído pelo Governo do Estado do Ceará através do Decreto nº 23.752 de 18 de julho de 1995, com o objetivo de garantir a participação popular no processo de decisão e discussão referentes ao processo de construção da Barragem do Castanhão, bem como das suas implicações, com maior destaque ao reassentamento da população de Jaguaribara e a realocação da cidade (BRAZ, 2011).

Conforme depoimento de um prefeito da época, o GMC foi bastante importante para garantir o poder de decisão da população nas questões que a envolviam, nele qualquer pessoa que se sentisse à vontade poderia se inscrever para falar, que suas reivindicações seriam consideradas e discutidas nas reuniões. (MONTE e PAULA, 2009).

Segundo Monte (2008), o Grupo não obteve sucesso em concretizar a participação social, servindo mais como um mecanismo de legitimação das ações do Estado, visto que a sociedade não tinha poder para influenciar nos resultados. Isso se evidencia na dificuldade da população incidir em questões que dizem respeito às alocações de verbas.

Foi possível perceber que os discursos quanto à real efetividade do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão variam dependendo da perspectiva analisada. Por um lado, o GM foi uma tentativa de garantia institucionalizada da participação social dos atingidos, porém com limitação do seu poder de decisão, e por outro legitimador das ações do Estado.

### 3 REFERÊNCIAS

BERTINI, Fátima Maria Araújo. **Mudanças urbanas e afetos**: Estudo de uma cidade planejada. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de Lisboa, [S. l.], 2014.

BRAZ, Milena Marcintha Alves. **Águas para o Ceará**: Experiências de trabalhadores a partir da construção do complexo Castanhão. Orientador: Profa. Dra. Maria Neyára Oliveira Araújo. 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022. *E-book*. Disponível em:

[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5\]/4/52/1:0\[%2CCam\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]/4/52/1:0[%2CCam]). Acesso em: 29 nov 2022.

SABIONI, Marjorie *et al.* Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2016, v. 50, n. 3, p. 477-500. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612153518>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SAMPAIO, Wesley Puskas. **Desapropriação de posse: Conflito entre a realidade social e o poder regulatório do Estado**, Jaguaribara - CE, 2004 - 2010. Orientador: Emanuela Sousa Ribeiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MONTE, Francisca Silvania de Sousa. **Os paradigmas da modernização do estado do Ceará e o processo de construção da Barragem do Castanhão**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, [s. l.], ano 2008, v. 10, ed. 1, p. 87-104, 31 maio 2008. DOI <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n1p87>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/193>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MONTE, F. S. S.; PAULA, L. A. M. **Histórias e trajetórias na construção da Barragem do Castanhão, no Ceará: o processo na percepção dos principais atores**. Cadernos IPPUR/UFRJ, v. 23, p. 221-246, 2009.